

II Congresso Internacional Direitos Humanos e Escola Inclusiva: Múltiplos Olhares

Escola Superior
de Educação e Comunicação
Universidade do Algarve
Faro, 23 – 25 fevereiro 2017

*Livro de atas
(provisório)*



Contacto
dhei@ualg.pt

Informações e inscrições
<https://eseec.ualg.pt/pt>

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: II Congresso Internacional Direitos Humanos e Escola Inclusiva:
Múltiplos Olhares

COORDENAÇÃO: Maria Leonor Borges, Cláudia Luísa, Maria Helena Martins

EDIÇÃO: Universidade do Algarve

DATA DE EDIÇÃO: 2017

ISBN: 978-989-8859-03-7

SUPORTE: Digital

FORMAÇÃO PARA DOCENTES DE ENSINO REGULAR DO 2º CEB SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Helena Inês¹

Filipa Seabra²

Resumo

A presente comunicação insere-se no contexto do Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade de Desenvolvimento Curricular, em curso, e tem como foco o modo como a diferenciação curricular e pedagógica é considerada pelos docentes do 2º Ciclo do Ensino Básico (CEB) em função da sua formação inicial e contínua, quando confrontados com a gestão curricular do trabalho com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Guiadas por esta inquietação, definimos vários objetivos, dois dos quais serão trabalhados no contexto desta comunicação: i) caracterizar os planos de estudos dos cursos de formação inicial do Ensino Superior destinados a professores do 2ºCEB; ii) conhecer a oferta de formação contínua estabelecida para docentes, no que concerne à gestão da diversidade e das NEE.

Com vista a responder aos objetivos traçados, optámos por uma metodologia mista. Apresentamos aqui exclusivamente dados recolhidos por análise documental e sujeitos a análise de conteúdo.

Os resultados preliminares sugerem uma preocupação crescente com a gestão da diversidade/NEE, visível nas alterações aos planos de estudo consultados, na introdução cada vez mais comum de unidades curriculares no âmbito da Educação Especial e na oferta significativa de ações de formação contínua. Apesar do trabalho estar ainda em curso, é já possível antever um reconhecimento progressivo da relevância da formação inicial e contínua de professores do ensino regular sobre a gestão curricular da diversidade e concretamente do trabalho com a população de alunos com NEE. No entanto, essa relevância ainda não está totalmente generalizada, percebendo-se que ainda estamos em tempo de mudança e transição.

Palavras-chave: Desenvolvimento Curricular; Formação Docente; Necessidades Educativas Especiais; Inclusão.

Abstract

This communication is presented in the context of Doctoral studies (Educational Sciences-Curriculum Development), in progress, and focuses on how curricular and pedagogical differentiation is perceived by teachers of the 2nd cycle of basic education in the light of their initial and continuing training, when they are faced with the management of work with students with Special Educational Needs.

Guided by this concern, we determined several purposes, two of which will be developed in the context of this communication: to characterize the study plans of the initial training teachers of the 2nd cycle of basic education, in public higher education; to know the continuous training offer for teachers, in relation to managing diversity and Special Educational Needs.

In order to meet the purposes outlined, we have chosen a mixed methodology. We present here, exclusively, data collected by documental analysis and subjected to content analysis.

¹ Universidade do Minho e Agrupamento de Escolas 4 de Outubro (PORTUGAL), helenaines@sapo.pt

² LE@D, Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001 Lisboa, Portugal e CIEd-UMinho (PORTUGAL), fseabra@uab.pt

Preliminary results suggest a growing concern with the management of diversity / Special Educational Needs, noticeable in the amendments to the plans of study conferred, in the introduction increasingly common of curricular units in the framework of Special Education and in the significant offer of continuous training actions. Although the study is still in progress, it is already possible to anticipate a progressive recognition of the relevance of the initial and continuing training of regular education teachers for the management of diversity and specifically working with students with Special Educational Needs. However, this importance is not completely generalized yet. Therefore, we have realized we are still in a time of change and transition.

Keywords: Curriculum Development; Teacher Training; Special Educational Needs; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O público heterogéneo das escolas públicas atuais desafia uma gestão curricular eficaz, potenciadora da equidade e do sucesso educativo de cada aluno, nomeadamente dos que apresentam Necessidades Educativas Especiais (NEE) (Correia, 2013; Leite, 2002; Morgado & Barata, 2011; Moraes, 2014; Roldão, 2003; Sousa, 2010).

Ora, a formação docente, inicial e contínua, concorre para o desenvolvimento de práticas pedagógicas apropriadas, pelo que esta assume um relevo central.

É com base nestas premissas que este estudo, em curso, ganha pertinência, na medida em que permitirá, entre outras finalidades, conhecer os planos de formação e caracterizar os planos de estudos dos cursos de formação inicial de professores do 2º CEB das Universidades Públicas Portuguesas, no que concerne à gestão da diversidade e das NEE, dando uma visão da oferta formativa atualmente existente, bem como da sua atualização desde a afirmação, em contexto nacional, do movimento de Inclusão Escolar.

Num primeiro momento, apresentaremos uma breve contextualização teórica das temáticas integradas que sustentam a investigação. De seguida, serão apresentados os dados recolhidos, relativos à consulta dos planos de estudos e planos de formação consultados. Posteriormente, os dados serão alvo de reflexão, discutindo-se com vista a avançar algum conhecimento na área.

FORMAÇÃO DOCENTE: ESTRATÉGIA INCLUSIVA

Na escola pública do século XXI, heterogénea, idealmente inclusiva e atenta à diversidade, a gestão curricular é uma condição necessária ao **sucesso escolar e pessoal**, e ocorre a diversos níveis de decisão, correspondendo a opções escolares e pedagógicas (Pacheco, 2014).

A diferenciação curricular e pedagógica tem sido amplamente estudada no Sistema Educativo Português (Leite, 2002; Roldão, 2003; Sousa, 2010), entendendo-se atualmente que é uma parte integrante da organização curricular (Ribeiro, 2000), bem como dos seus modelos, processos e práticas (Gaspar & Roldão, 2007).

Esta nova realidade colocou, nas agendas educativas contemporâneas, um desafio sem precedentes – **a gestão da diversidade**.

Na escola inclusiva, incompatível com aquela que fornece a todos os seus alunos as mesmas respostas educativas, a diferenciação conduzirá naturalmente à procura do ajustamento das práticas de ensino aos alunos, estando conseqüentemente a escola e os seus docentes profundamente implicados. Diferenciar estará, portanto, intrinsecamente conotado com diversidade, singularização e prevenção da exclusão.

Em alunos com NEE, a gestão curricular revela-se essencial. As suas singularidades justificam um ensino e uma avaliação particularmente ponderados e personalizados.

Trabalhar com a heterogeneidade constitui um desafio épico, atual e sem precedentes, que requer uma atualização permanente da formação docente para gerir eficazmente a diversidade na sala de aula. O investimento na formação de professores, nomeadamente daqueles que não tiveram acesso a uma formação inicial ou especializada no âmbito da Educação Especial / NEE, revela-se premente.

A formação docente tem sido especialmente apontada por não ter sabido produzir profissionais competentes que tivessem podido mitigar a situação, melhorando o desempenho dos alunos (Formosinho & Niza, 2010). A revisão da formação inicial e contínua docente é hoje entendida como central e urgente. Efetivamente, a aposta na qualidade da formação docente, inicial e contínua, como meio para dar uma resposta ajustada a cada aluno, promovendo o sucesso escolar, colhe, nomeadamente desde o final do século passado, posições

favoráveis por parte da comunidade científica (Alarcão, 2000; Carvalho & Peixoto, 2000; Miranda Correia, 1999, 2003; Sousa, 2010; UNESCO, 1994).

Efetivamente, a preparação inadequada/ insuficiente dos professores para gerir a heterogeneidade dificultará uma gestão curricular eficaz, traduzindo-se em práticas pedagógicas pouco apropriadas e colaborativas (Seabra, 2011), conducentes a um eventual insucesso escolar, que perpetuará assim a exclusão. Tomou-se consciência de que “(...) a organização do trabalho pedagógico desempenha um papel relevante na génese do *fracasso escolar*” (Coelho, 2010: 30).

Estas questões têm sido questões amplamente investigadas e discutidas quer em contexto nacional, quer em âmbito internacional, sem, todavia, terem ainda esgotado respostas definitivas.

A heterogeneidade de públicos escolares, a evolução das tecnologias de informação e comunicação e a transformação rápida da sociedade contemporânea, competitiva e alicerçada no conhecimento, num mundo globalizado, definiram a Educação como um setor estratégico (Lima & Dorziat, 2015) e promoveram um olhar renovado em torno da gestão curricular, assim como da formação docente inicial e contínua, assumidas como catalisadores indispensáveis para a **promoção do sucesso escolar, da mudança, e da inovação**.

METODOLOGIA: ANALISANDO PLANOS

A correlação entre a formação docente, inicial e contínua, na promoção de uma escola mais inclusiva, e a gestão eficaz da diversidade da sala de aula, conducente ao sucesso escolar e pessoal de todos os alunos, definiu como **problema de investigação** do nosso estudo empírico o modo como a diferenciação curricular e pedagógica é perspectivada pelos docentes do 2º CEB, quando confrontados com a gestão curricular do trabalho com alunos com NEE.

Optámos por uma **metodologia mista**, de **carácter interpretativo**. Efetivamente, tendo em conta as potencialidades e as limitações de cada método e a pertinência da triangulação de dados, entendemos o **modelo**

quantitativo como o mais adequado, na medida em que o mesmo é capaz de proporcionar uma continuidade e uma complementaridade claramente vantajosas (Carmo & Ferreira, 2008), assegurando a validade do estudo.

Na presente apresentação são expostos os **dados, recolhidos por pesquisa/ análise documental e trabalhados por análise de conteúdo**, referentes à consulta dos planos de estudos dos cursos dirigidos à formação docente das Universidades públicas portuguesas, que foram examinados entre os meses de maio de 2015 e de junho de 2016, em normativos, nos catálogos das Faculdades e nas páginas eletrónicas das Universidades nacionais. A consulta foi ainda complementada por informações dadas por Coordenadores de cursos do Ensino Superior, via telefónica ou correio eletrónico, bem como por pesquisas, na *Internet*, nomeadamente nas páginas do Diário da República eletrónico³, Direção-Geral do Ensino Superior⁴, Legislação Portuguesa⁵, e *Google*, com os termos/ expressões de pesquisa: formar professores de 2º ciclo do ensino básico; formação docente- cursos; formação de professores- oferta educativa; planos de estudo- formação de professores; legislação- formação de professores; [nome da Universidade]- [nome do curso]- legislação; [nome da Universidade]- [nome do curso]- unidades curriculares no âmbito da Educação Especial ou Necessidades Educativas Especiais; cursos de professores e NEE.

São ainda apresentados os dados relativos à consulta a planos de formação dos Centros de Formação de Agrupamentos de Escolas (CFAE) das regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo, analisados desde setembro de 2016 nas páginas eletrónicas dos CFAE, e complementados por informações dadas por alguns Diretores de centros, via correio eletrónico.

Apesar das diligências efetuadas e repetidas, o acesso aos esclarecimentos pretendidos não foi inteiramente conseguido, na medida em que as informações existentes nas páginas eletrónicas nem sempre são exaustivas. Por outro lado, as solicitações efetuadas junto dos Coordenadores de cursos do Ensino Superior e dos Diretores de centros de formação nem sempre foram deferidas. Por outro lado ainda, nem sempre foi possível uma deslocação

³ www.dre.pt

⁴ <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt>

⁵ www.legislacaoportuguesa.com

pessoal a cada instituição. Por fim, a pesquisa efetuada em endereços da *Internet* não promoveu, em todos os cursos, uma informação completa.

RESULTADOS: OFERTA FORMATIVA INICIAL E CONTÍNUA

Consultados todos os planos de estudos dos Institutos Politécnicos e das Universidades Portuguesas (ensino público) dos cursos destinados à formação docente do 2º CEB, foram apurados os resultados apresentados na tabela 1 e no gráfico seguinte (Tabela 1 e Fig. 1), e cuja apresentação encontra eco em divulgação recente (Inês & Seabra, 2016).

Os dados recolhidos evidenciam uma prevalência da oferta formativa para a docência no 2º CEB nos Institutos Politécnicos, em todos os cursos, à exceção do grau de Doutoramento, mais expressivo nas Universidades.

Os planos de estudo das Licenciaturas e de cursos não conferentes de grau expõem a oferta formativa mais vasta, ao inverso dos cursos de Doutoramento, cuja representação se afigura mais discreta.

Tabela 1. Oferta Formativa na Formação para a Docência no 2.º CEB

	INSTITUTOS POLITÉCNICOS	UNIVERSIDADES
	16	12
1. Licenciaturas	28	
Licenciaturas com UC no âmbito da Educação Especial/ NEE	8	8
	16	
2. Mestrados	68	58
	126	
Mestrados com UC no âmbito da Educação Especial/ NEE	29	18
	47	
3. Doutoramentos	1	27
	28	
Doutoramentos com UC no âmbito da Educação Especial/ NEE	0	5
	5	
4. Cursos não conferentes de grau (Pós-Graduações/ Formações Especializadas/ Aprendizagem ao Longo da Vida)	22	8
	30	
	11	6

Cursos no âmbito da Educação 17
Especial/ NEE não conferentes de
grau

Total 1+2+3+4 = **212**

No que concerne à oferta de unidades curriculares/ conteúdos no âmbito da Educação Especial/ NEE, os mesmos foram encontrados em mais de metade dos cursos de Licenciatura (57%) e de cursos não conferentes de grau (57%). Porém, esta observação não é visível em níveis de estudos mais aprofundados, decrescendo nos cursos de Mestrado (37%), e cedendo significativamente nos estudos de Doutoramento (18%).

Em termos globais, o número total de cursos do Ensino Superior Público Português, destinados à formação de professores do 2º CEB, com unidades/ conteúdos curriculares sobre Educação Especial/ NEE é de 40% (85 em 212 planos de estudo analisados).

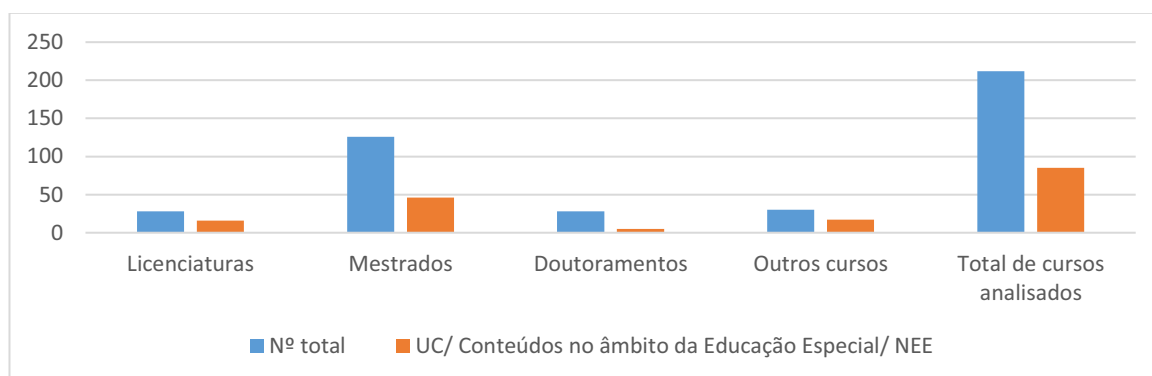


Figura 1 - Análise comparativa da presença de conteúdos sobre NEE nos diversos graus do Ensino Superior

Foram também consultados todos os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) da região Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo, representando um total de 78 CFAE analisados.

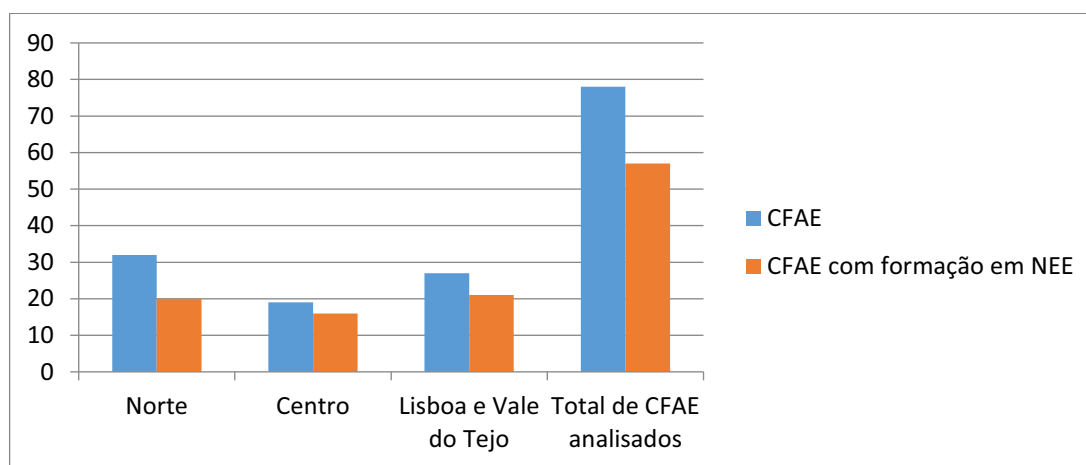
Os planos de formação consultados reportam-se ao período entre 2010 e a atualidade. A nossa atenção dirigiu-se à formação docente do 2º CEB, destinada ao trabalho com alunos com NEE.

De momento, estão por analisar as regiões do Alentejo, Algarve, Açores e Madeira, pelo que os dados aqui apresentados correspondem a resultados preliminares.

Tabela 2. Oferta Formativa na Formação Contínua

Região	Número CFAE	Total de	Número de CFAE com formação no âmbito das NEE
Norte	32		20
Centro	19		16
Lisboa e Vale do Tejo	27		21
Total	78		57

Dos resultados apresentados, verificámos que 62,5% dos CFAE da região Norte apresentam formação contínua no quadro das NEE. Este valor sobe para 84,2% na região Centro e desce ligeiramente para 77,7% na região de Lisboa e Vale do Tejo. Nas 3 regiões estudadas, 73% dos CFAE apresentam planos de formação com temáticas das NEE.

**Figura 2** - Análise comparativa de formação contínua no âmbito das NEE nas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo**Planos: dinamismo**

Os cursos de ensino superior consultados têm um plano de estudos recente, incidindo sobretudo nesta década (Tabela 3).

Tabela 3 - Criação de Cursos para a Formação Docente de 2º CEB

	1995-1999	2000-2004	2005-2009	2010-2016
Licenciaturas			6	19
Mestrados			16	78
Doutoramentos	2		4	18
Outros cursos			1	19
Total	2	-	27	134

É também nesta década que as revisões aos cursos se tornaram mais frequentes, verificando-se casos em que decorreram sucessivas alterações ao mesmo plano de estudo (Tabela 4).

Tabela 4 - Revisões aos Planos de Estudo dos Cursos para a Formação Docente de 2º CEB

	1995-1999	2000-2004	2005-2009	2010-2016
Licenciaturas				8
Mestrados			3	20
Doutoramentos		1		4
Total	-	1	3	32

No que concerne às ações de formação ligadas às NEE, percebemos que as mesmas são recentes, incidindo com maior expressão a partir da revisão do regime jurídico da habilitação profissional para a docência (1997, 2014).

Tabela 5 - Ações de Formação no âmbito das NEE por regiões

Região	Até 2009	2010-2014	2015-atualidade
Norte	-	45	69
Centro	15	38	54
Lisboa e Vale do Tejo	2	38	49
Total	17	76	172

Unidades/ conteúdos curriculares

Nos planos de estudo investigados, encontramos numerosas referências (122 unidades ou conteúdos curriculares) ligadas à Educação Especial e NEE (Tabela 6), das quais apresentamos alguns exemplos.

Tabela 6. Formação Inicial na Docência do 2º CEB e Gestão da Diversidade

<p>Exemplos de UC ou conteúdos sobre Educação Especial/ NEE em planos de estudo de cursos destinados à docência do 2º CEB</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidades Específicas de Educação - Necessidades Educativas Especiais - Educação Inclusiva e Necessidades Especiais - Educação Especial e Inclusão - Educação Inclusiva - Aspectos Psicopedagógicos da Inclusão - Adaptações Curriculares - Transição para a Vida Ativa - Intervenção Precoce - Desporto e Inclusão - Perturbações do Desenvolvimento e Dificuldade de Aprendizagem - Diferenciação, Flexibilidade e Adequação curricular - TIC aplicadas às NEE - Modelos e Práticas de Avaliação e Intervenção em Educação Especial - Problemas de Domínio Cognitivo e Estratégias de Intervenção - Problemas de Domínio Motor e Estratégias de Intervenção - Currículos Funcionais e Transição para a Vida Pós-Escolar - Práticas em Educação Especial - Perturbações do Desenvolvimento e da Aprendizagem em Crianças com Problemas Cognitivos e Motores - Tecnologias de Apoio e Comunicação Alternativa e Aumentativa - Avaliação e Metodologias de Intervenção em Crianças com Problemas Cognitivos e Motores
--	---

Também nos planos de formação dos CFAE, surgem numerosas ações ou outros eventos (seminários,...) relacionados com Educação Especial e NEE. Nas regiões analisadas, foram encontradas 275 formações de curta duração destinadas a docentes de ensino regular. Seguem alguns exemplos das ações encontradas.

Tabela 7. Ações de Formação no âmbito da Educação Especial/ NEE

<p>Exemplos de ações de formação e outros eventos ligados à Educação Especial/ NEE encontrados nas 3 regiões analisadas: <i>Norte/ Centro e Lisboa e Vale do Tejo</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - (Dis)Lexias e (Dis)Ortografias - Necessidades Educativas Especiais e TIC - Inclusão e Diversidade - Múltiplos Olhares - As Necessidades Educativas Especiais na EMRC - Sucesso Escolar e Diferenciação Pedagógica - Elaboração do Programa Educativo Individual com Referência à CIF - Dificuldades de Aprendizagem Específicas: Avaliar para Intervir - Educação Inclusiva e Educação Especial: Planeamento, Organização e Monitorização - Estratégias de Ensino Cooperativo em sala de aula - Alunos com Necessidades Educativas Especiais e/ou problemas de aprendizagem I - Simpósio: Inclusão 2017
---	--

Outros níveis de ensino...curiosidade científica

Embora a análise de planos de estudo destinados à formação de professores de outros níveis de ensino não se insira no âmbito deste estudo, foi muito interessante verificar que na formação inicial dos educadores e professores do 1º CEB, 3º CEB e Ensino Secundário foram localizados unidades ou conteúdos curriculares, das quais destacamos os seguintes, relativos à Educação Especial/ NEE (Tabela 8).

Tabela 8. Formação Inicial de Outros Níveis de Ensino e Gestão da Diversidade

<p>Exemplos de UC ou conteúdos sobre Educação Especial/ NEE em planos de estudo de outros níveis de ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Educação Inclusiva - Práticas de Intervenção precoce - Necessidades Educativas Especiais - Necessidades Educativas Especiais: distúrbios da linguagem - Educação Especial - Currículo, Organização Escolar e Inclusão - Educação Especial e Inclusão - Currículo e Inclusão - Intervenção nas NEE - Ensino da Matemática para a Inclusão
--	---

DISCUSSÃO DE DADOS

A heterogeneidade do público escolar atual, decorrente da massificação do ensino, bem como o crescente reconhecimento do direito à educação e sucesso de todos, consagrado na construção de uma escola e educação inclusiva (Decreto-Lei n.º3/ 2008, de 7 de janeiro; UNESCO, 1994, UNESCO, 2015), foi acompanhada de um aumento do número de unidades/ conteúdos curriculares sobre Educação Especial/ NEE nos cursos de formação inicial e contínua de professores do 2º CEB; aumento especialmente visível a partir da presente década. Este incremento comprova a importância do debate em torno da escola inclusiva, da gestão da diversidade e da importância da formação docente (Correia, 2008; Mesquita, 2011; Miranda Pacheco, 2008).

Observou-se que todos os graus do Ensino Superior consideraram a presença de unidades/ conteúdos curriculares sobre Educação Especial/ NEE, com uma maior prevalência nos cursos de formação inicial docente (Licenciaturas) e de Cursos não conferentes de grau, que atinge 57%, em ambos os casos, do total de cursos analisados, em detrimento dos cursos de Mestrado (37%) e de Doutorado (18%), cujo valor declina consideravelmente. Ressalva-se que o grau de Doutor não é exigido para o exercício da docência no 2º CEB.

Os planos de estudo investigados revelam-se dinâmicos, registrando-se revisões e alterações aos mesmos, particularmente nesta década. As mudanças são frequentes nos cursos de Mestrado e pouco perceptíveis nos de Doutorado. As Licenciaturas apresentam planos de estudo recentes, pelo que, muitas vezes, já contemplam unidades/ conteúdos curriculares no âmbito da Educação Especial/ NEE. A incidência na revisão da formação inicial vai ao encontro das recomendações (inter)nacionais (Leite, n.d.; UNESCO, 1994), no sentido de incluir unidades ou conteúdos curriculares sobre NEE. Verificamos ainda que alguns planos sofreram sucessivas revisões, cujas alterações mais recentes introduziram já unidades curriculares/ conteúdos nesta área. Observou-se ainda que, quando a revisão ao plano de estudos insere unidades curriculares, as alterações posteriores mantêm-nas, não havendo retrocessos,

mas antes continuidade, validando assim a importância e atualidade desta temática. Esta permanência cumpre ainda as imposições legais nacionais (Decreto-Lei n.º 79/ 2014, de 14 de maio).

As unidades/ conteúdos curriculares definidos no quadro da Educação Especial/ NEE variam quanto à sua frequência (obrigatória/ opcional), e adotam designações diversificadas (superiores a 120), demonstrando que ainda estamos em tempos de transição, testando novos caminhos e respostas, apesar da assinatura da Declaração de Bolonha em 1999, que procurou definir um espaço europeu do Ensino Superior uniformizado.

No decurso da nossa investigação, foram consultados, por curiosidade científica, planos de estudo destinados à docência de outros níveis de ensino. Esses planos apresentaram também diversas UC/ conteúdos curriculares relativos à Educação Especial/ NEE, o que denota uma preocupação em ajustar-se à diversidade de públicos escolares que permanecem no sistema educativo por mais anos (alargamento da escolaridade obrigatória), e afirmando esta questão contemporânea.

Os dados apresentados indiciam um reconhecimento gradual da importância da formação de professores, assim como da reflexão em torno da gestão da diversidade na sala de aula regular, designadamente nos casos de inclusão de alunos com NEE.

Os CFAE evidenciam também uma preocupação crescente em oferecer ações de formação no quadro da Educação Especial/ NEE, particularmente evidente a partir da década de 2010, e com acentuação a partir de 2015, momento próximo da revisão da habilitação profissional para a docência.

CONCLUSÕES

O estudo aos planos de estudo da formação docente põe em evidência que os professores com habilitação profissional para o exercício da docência no 2º CEB são formados em instituições públicas (Almeida, & Faria, 2015). A investigação aponta também uma inquietação progressiva em preparar professores capazes de gerir eficazmente a diversidade da sala de aula do século XXI, designadamente no atendimento a alunos com NEE. No nosso

entender, os planos de estudo constituem hoje roteiros possíveis para uma gestão apropriada da diversidade.

Esta reflexão e imposições legais geraram mudanças, que se acentuaram na década em curso. As alterações promoveram a definição de unidades/ conteúdos curriculares específicos quer em cursos de formação docente inicial (Licenciaturas), quer em formação avançada (Mestrados e Doutoramentos), quer ainda em cursos de formação especializada e não conferentes de grau (Pós-Graduações, Aprendizagem ao Longo da Vida, Formação Contínua). Os reflexos da mudança abrangem assim a formação inicial e contínua, bem como todos os graus do Ensino Superior.

Os CFAE também acompanharam esta tendência, sendo numerosas as ações de formação contínua, no âmbito da Educação Especial/ NEE, principalmente a partir da década de 2010, com particular relevo desde 2015.

Contudo, da mudança lenta e sem abrangência plena desponta um desassossego: os docentes atuais, cuja formação inicial não aflorou as temáticas da Educação Especial/ NEE, poderão não estar dotados de conhecimentos e práticas conducentes a uma intervenção apropriada e bem-sucedida, pelo que entendemos que a formação contínua emerge como área de investimento central.

Não obstante o facto de a mudança não estar ainda generalizada, evidenciando em certos casos um hiato entre as recomendações (inter)nacionais, algumas com mais de 20 anos (UNESCO, 1994), e a aplicação das mesmas, a verdade é que a mudança tem vindo e continua a acontecer, e por isso, julgamos que os professores do 2º CEB do Futuro poderão estar mais e melhor preparados para lidar com a diversidade na sala de aula regular, nomeadamente no que concerne ao atendimento de alunos com NEE.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, I. (2000). *Escola Reflexiva e Supervisão. Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto Editora.
- Almeida, S. & Faria, E. (2015). Instituições de Formação e Classificações Académicas dos Docentes da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. *Livro de Atas dos Seminários e Colóquios Formação Inicial de Professores* (pp. 22 a 47). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação – Guia para Autoaprendizagem* (2ª edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, O. & Peixoto, L. (2000). *A Escola Inclusiva. Da Utopia à Realidade*. Braga: APPACDM.
- Coelho, A. (2010). *Diferenciação Pedagógica na escola actual: da teoria à prática. Adequação das práticas lectivas aos diferentes perfis de aprendizagem*. Dissertação de Mestrado em Supervisão e Coordenação da Educação. Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/369/1/TME%20445.pdf>
- Correia, L. (2003). O Sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais ou quando Inclusão quer dizer Exclusão. In L. M. Correia (org.) *Educação Especial e Inclusão – Quem Disser Que Uma Sobrevive Sem a Outra Não Está no Seu Perfeito Juízo*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um Guia para Educadores e Professores* (2ª edição). Porto: Porto Editora.
- Decreto-Lei n.º95/ 1997, de 23 de abril. *Diário da República*, 1.ª série, nº 95. Pp. 1831-1833.
- Decreto-Lei n.º3/ 2008, de 7 de janeiro. *Diário da República*, 1.ª série, nº 4. Pp. 154-164.
- Decreto-Lei n.º 79/ 2014, de 14 de maio, *Diário da República*, 1ª série, nº 92. Pp. 2819-2828.
- Formosinho, J., & Niza, S. (2010). Iniciação à Prática Profissional nos Cursos de Formação Inicial de Professores. In J. Formosinho (org.) *Formação de Professores – Aprendizagem e Acção Docente*. Porto: Porto Editora.
- Gaspar, M. I., & Roldão, M. C. (2007). *Elementos do Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Inês, H., & Seabra, F. (2016, no prelo). Que Formação Inicial e Contínua para Docentes de Ensino Regular do 2º CEB sobre Necessidades Educativas Especiais. In C. A. Gomes, M. Figueiredo, H. Ramalho & J. Rocha (Coords.), *XIII SPCE: fronteiras, diálogos e transições na educação*. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu. Escola Superior de Educação. ISBN: 978-989-96261-6-4
- Leite, C. (2002). *O Currículo e o Multiculturalismo no Sistema Educativo Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leite, C. (n.d.). *A Formação de Professores em Portugal e a Declaração de Bolonha*. Disponível em http://paco.ua.pt/common/bin/Bolonha/BOLONHA_A%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Professores%20em%20Portugal%20Prof.%20Carlinda%20Leite.pdf
- Lima, N., & Dorziat, A. (2015). Formação docente para educar na diversidade: concepções subjacentes nos documentos oficiais e na prática explicitada. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. 23 (87), 437-460. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000200437
- Mesquita, E. (2011). *Competências do professor – representações sobre a formação e a formação e a profissão*. Lisboa: Sílabo.
- Miranda Correia, L. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Moraes, P. (2014). *A Formação Docente na Prática Inclusiva*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Porto: Universidade Lusófona. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5470/Paula%20Moraes%20Dissertacao.pdf?sequence=1>
- Morgado, J. C., Barata, C. & Ferreira, J. (2011). Impacto das Políticas Educativas e Curriculares na Construção das Práticas Inclusivas. *Livro de Atas do 2º Congresso Internacional sobre Avaliação em Educação* (pp. 34 a 47). Braga: Universidade do Minho.
- Pacheco, J. A. (2008). Notas sobre Diversificação/ diferenciação curricular em Portugal. *Intermeio: revista do programa de Pós-Graduação em Educação*, n.º 28, 178-87.
- Pacheco, J. A. (2014). *Educação, Formação e Conhecimento*. Porto: Porto Editora.
- Ribeiro, A. C. (2000). *Desenvolvimento Curricular*. Lisboa : Texto Editora.
- Roldão, M.C. (2003). *Diferenciação Curricular Revisitada. Conceito, discurso e práxis*. Porto: Porto Editora.

- Seabra, F. (2011). Pedagogia por Competências no Ensino Básico: Análise de Concepções e Práticas Docentes. *Livro de Actas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, vol. 1, pp. 49-54. Instituto Politécnico da Guarda.
- Sousa, F. (2010). *Diferenciação Curricular e Deliberação Docente*. Porto: Porto Editora.
- UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- UNESCO (2015). *Declaração de Incheon- Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>.